

ESTRUTURA AGRÁRIA:
PROTESTO E ALTERNATIVAS
NA POESIA POPULAR DO NORDESTE

Eduardo Diatahy B. de Menezes

“Da mortalha de seus bravos
Fez bandeira a tirania.
Oh! armas talvez o povo
De seus ossos faça um dia.”

J. Bonifácio

“Intimado a deixar a palhoça que ajudara a levantar,
o caboclo coçou a cabeça e correu à casa-grande,
com o chapéu debaixo do braço:

— Patrão, eu não me sujeito. O patrão sabe que
eu não enjeito parada: sou um burro de carga. Mas
porém, nascer pra estrebaria não nasci.

Dagoberto não quis saber de mais nada:

— Pois, por ali, cabra safado! Você não nasceu
pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu foi
pra cangalha!

— (...) Patrão, minha rocinha, atrás do ran-
cho! E a rebolada de cana!...

— O que está na terra é da terra!

Era essa a fórmula de espoliação sumarássima.

— Patrão, mande suas ordens. Dá licença que
leve os troços?

E o caboclo saiu, levando os cacarecos num
braçado e 400 anos de servilismo na massa do san-
gue.”

José Américo de Almeida
A Bagaceira

1 — PRELIMINARES

Os representantes da ideologia da sisudez costumam apresentar reação desfavorável ao não admitirem que a obra artística em geral e, em particular, as criações da cultura popular possam não conter necessariamente formulações doutrinárias ou manifestações políticas explícitas, possam ser algo especificamente diferente de compromissos de partido, etc., esquecendo que as práticas significantes desse gênero, em sua aparente inocência, são na maioria das vezes mais revolucionárias em suas alegorias, símbolos e mitos, mais virulentas e mais profundamente transformadoras do que a platitude dos discursos daqueles que se tomam como tal.

Por outro lado, as características que os elementos da cultura central julgam constatar nas manifestações da cultura periférica dizem muito pouco dos sonhos, mitos e esperanças segundo os quais esta última se organiza, e revelam muito mais o espanto inconfessado desses intelectuais diante de seu "outro".

De todo modo, importa assinalar desde logo que essa ambigüidade é um dado fundamental que percorre todos os níveis das relações entre a cultura erudita e a cultura popular, e expressa, no plano das práticas significantes, as diferenças sócio-econômicas de uma sociedade fortemente hierarquizada.

Com efeito, tomar qualquer das manifestações da cultura popular como objeto de estudo constitui, sem dúvida, uma operação epistemológica que busca instituir um caráter de cientificidade para o esforço de compreensão das produções simbólicas das classes subalternas; mas é também um ato de poder que demarca a diferença social nesse campo e representa uma forma de apropriação ideológica. E é assim que, normalmente, um ato de poder funda um saber e vice-versa.

As apreciações a respeito dos produtos da cultura periférica tendem a alimentar indefinidamente uma querela bastante infrutífera. Eis por que as manifestações culturais do povo e mais particularmente aquelas que veiculam mensagens mediante códigos verbais — como é o caso da literatura de cordel — têm suscitado juízos categóricos do tipo: "são conservadoras e alienadas", ou o seu oposto: "são uma arte de resistência e luta". O caráter geralmente irrefutável ou inexpugnável de tais afirmações deriva de sua própria trivialidade. Elas revelam muito mais as inclinações ideológicas de seus autores

do que caracterizam com propriedade o sentido dessa produção a que pretendem se referir, necessariamente mais rico e ambivalente do que a unidimensionalidade de tais julgamentos.

Por um lado, existe mais de uma maneira de afirmar o conservadorismo da cultura popular. Uma é aquela que reconhece nessa ocorrência o resultado da repressão cultural, o efeito dos mecanismos de exclusão e da inculcação ideológica a que são submetidas as classes subalternas. Uma outra nasce da crença de que o povo é naturalmente conservador e submisso.

Por outro lado, iguais possibilidades se oferecem aos que sustentam a opinião contrária, sem se dar conta dos matizes cambiantes que a cultura popular comporta. Na verdade, essa segunda posição apóia-se no pressuposto de que, dada uma situação hierarquizada de classes sociais, toda criação que provém do povo tem necessariamente um sentido revolucionário ou transformador. Creio ser dispensável comentar o estreito mecanicismo desse modelo de pensamento.

Em suma, os intelectuais, na sociedade burguesa, mantemos em geral uma relação privilegiada com a produção e a difusão da cultura, e tendemos a jogar entre nós mesmos quando jogamos com a imagem das classes populares. Daí a propensão a monopolizar a definição social de cultura e a oscilar, face às produções simbólicas do povo, entre duas atitudes só em aparência opostas: o elitismo e o populismo (1).

As manifestações culturais das classes subalternas — e de agora em diante terei em mente sobretudo o território recoberto pela Literatura de Cordel como uma das modalidades mais expressivas da cultura popular do Nordeste brasileiro — constituem algo que se define em sua totalidade por caracteres polarizados, por atributos aparentemente contraditórios: elas se apresentam simultaneamente como conservadoras e inovadoras, resignadas e rebeldes, integradoras e impugnadoras, indiferentes e participantes, transistóricas e engajadas no tempo, etc. Na verdade, essas práticas significantes, tomadas em seu conjunto, exprimem uma dialética de contrários que denuncia o efeito da dominação exercida pela cultura das classes hegemônicas, ainda que, em sentido inverso, constituam um canal de reação criativa do imaginário popular.

Numa sociedade competitiva e rigidamente estratificada, as ideologias das classes dominantes tendem a impor-se sobre as demais modalidades de consciência e a subsumi-las ou a

recuperá-las sob diferentes formas. Seus interesses permeiam todos os níveis e esferas da produção simbólica. Isso, porém, jamais se dá de modo absoluto ou total. Sempre permanece algum espaço, ainda que intersticial, por onde a contradição e o conflito se manifestam. É, pois, no claro-escuro desse quadro que se elabora a consciência popular. E esta busca expressar-se por uma mito-lógica que, em seu conjunto, não poderia ser outra senão a da ambivalência (inclusive no sentido psicanalítico do termo): Ora submissa, ora rebelde, ora meramente receptiva e reprodutora de valores e crenças dominantes, ora profundamente criativa e afirmadora de seus próprios símbolos e significados, de seu vigor e importância.

Portanto, é óbvio que, no universo social construído pelo imaginário popular, categorias do tipo 'formação social', 'estrutura de classes', 'forças produtivas', 'estrutura de poder', etc., estão ausentes ou não são facilmente perceptíveis. Esses estranhos habitantes de nossa caixa de ferramentas se dissolvem na tinta de sua produção simbólica, cujo discurso transfigura as condições concretas da existência, as forças coletivas e estruturas econômico-políticas. Nele, de fato, as contradições sociais e os processos históricos reduzem-se a uma como hipostasia de um conflito entre o Bem e o Mal, que se reveste de uma roupagem figurativa, individualiza-se nos personagens em confronto, e resolve-se quase sempre mediante a coragem pessoal e a luta corporal. E, assim, as tensões reais da sociedade são superadas simbolicamente.

No que concerne mais especificamente à Literatura de Cordel, é fácil observar que a ordem social e econômica, assim como o sistema político, não são em geral impugnados diretamente: o protesto do poeta popular não chega freqüentemente a formular a sua contestação global ou radical. Tende a centrar-se nos efeitos mais evidentes (a fome, a carestia, os impostos, as injustiças manifestas, a excessiva opressão, etc.) e se inclina a assumir a forma de uma lamentação mais ou menos impotente. A crítica social e a sátira política são quase sempre fragmentárias, localizadas e parciais. Produto de uma análise imediatista das situações, elas revelam uma consciência que eu chamaria de colonizada.

Algumas vezes, porém, as suas manifestações não ocorrem segundo esse modelo. Com efeito, existem inúmeros folhetos, bastante significativos dentro do conjunto dessa produção, em que a contestação da ordem dominante se faz mais

abrangente e mais contundente. Nestes casos, não é raro que o poeta popular se utilize de um pseudônimo ou simplesmente omita o seu nome; assim como apresenta a tendência a empregar uma linguagem metafórica carregada de símbolos, cujo papel evidente é o de “inocentar” a sua mensagem.

2 — PROTESTO E ALTERNATIVAS

Após essas considerações preliminares e para ilustrar a comprovação das manifestações de consciência crítica na cultura popular, tomarei para exame, nesta segunda parte do trabalho, dois exemplos que me parecem de particular relevância. Poderia ter escolhido inúmeros outros. Talvez até mais representativos dessa perspectiva. Porém estes que constituirão objeto de apresentação aqui, por sua autoria, pela época de sua produção e por várias outras características, são seguramente bastante significativos. Trata-se de dois folhetos raros e relativamente antigos, que não constam das principais coletâneas; sendo que o segundo deles nem sequer chega a ser mencionado nos registros disponíveis (2). Examinarei cada um de per si.

a) “A Sujeição dos Brejos da Parahyba do Norte” (3)

José Camello de Mello Rezende, o seu autor, é um dos grandes poetas populares da Paraíba, de cuja produção restaram alguns dos melhores textos da nossa literatura de folhetos, inclusive o poema original do famoso *Romance do Pavão Misterioso*, mais conhecido numa versão modificada pelo poeta João Melquíades, também paraibano. Zé Camelo, como era popularmente chamado, foi carpinteiro e consta ter feito xilografuras. Ele deixou em versos o seu epítáfio:

“Peço a todos os meus amigos
que depois da minha morte
escrevam sobre o meu túmulo
numa lousa muito forte,
José Camelo de Melo
cantou, mas não teve sorte!” (4)

O folheto completo se compõe na realidade de dois textos: uma peleja entre dois cantadores e este que será objeto de

consideração aqui. Embora tratem de assuntos diversos, existe tênue articulação entre os dois. De fato, no final do primeiro texto, a cantadora Chica Paculu, reconhecendo a superioridade de seu parceiro, propõe:

“Portanto o senhor descance
Enquanto eu canto um romance
A pedido dessa gente”;

ao que o Cego Victurino objeta:

“Então pare seu rojão
Visto que sua viola
Precisa de afinação,
Porém antes de afinar-a
Eu vou cantar nesta sala
Desse brejo a sujeição.”

Aí começa o segundo poema. Este folheto é provavelmente de 1924. Está composto na forma tradicional desse gênero de poesia, em sextilhas de versos de 7 sílabas, segundo o modelo ABCBDB e contendo ao todo 42 estrofes, com o acróstico do poeta na última delas. Vamos ao seu conteúdo.

Na verdade, não se trata de *romance* no sentido original do termo; não contém uma narrativa tradicional, mas antes consiste no protesto explícito do poeta popular contra a estrutura agrária dominante na região e apresenta aspectos mui significativos como expressão da consciência desse segmento das classes subalternas. Inicialmente, o poeta invoca a sua Musa a fim de que ela lhe proporcione forças para elevar o seu clamor contra “essa nova escravidão / que de dia para dia / aumenta em nossa Nação”. Embora consciente da generalidade dessa situação, nas 9 estrofes seguintes, ele se centra na denúncia das injustas relações de produção vigentes naquela região da Paraíba e chega mesmo a revelar, na última destas, nítida percepção do mecanismo de mais-valia que opera na exploração do trabalhador rural:

2. Hoje o Brasil quasi todo
Vae ficando escravizado.
Mas na Parahyba o jugo,

Ja se acha habilitado
Portanto eu solto clamores
Por ser filho deste Estado.

3. Pois é mais na Parahyba
Em toda zona Brejeira (5)
Que a sujeição tem fruido
Com desmedida carreira
E creio que aumentará
Si não encontrar barreira.
4. Porque os homens do Brejo
Os que são proprietarios
Executam sem remorso
Os feitos dos sanguinarios
Pois fazem dos seus foreiros
Escravos — contributarios.
5. Hoje quem tem terra em Brejo
Vive dessa exploração
Obrigando a seu foreiro
Servir-lhe por sujeição
Quatro dias na semana
Como santa obrigação.
6. Então desses quatro dias
São dois em conta de fôro
E dois o pobre recebe
A mil réis com muito choro
E se reclama a quantia
Ouve grito e desaforo.
7. E si o pobre desgraçado
Não for na segunda-feira
Trabalhar a seu "patrão"
Tem que sahir na carreira
Porque hoje é esta a lei
Em toda zona Brejeira.
8. Tenho visto desgraçado
Que me causa compaixão
Rapaz com dezesseis annos

No serviço do "patrão"
Ganhar cruzado por dia
Sem poder fazer questão.

9. Porque si o pobre coitado
Entender de se mudar
Não encontrará no Brejo
Um lugar onde morar
Si não quizer ser sujeito
Ao "patrão" que lh'o arrendar.

10. Não quero dizer qu'o pobre
Passe sem ser jornaleiro
Porque o proprietario
Que sujeita seu foreiro
É porque quer exploral-o
E gastar pouco dinheiro.

Nas duas estrofes seguintes, o autor contrasta a sujeição dos "brejeiros" com a condição melhor e mais livre em outras formas de trabalho:

11. Porque nos trabalhos públicos
— Podemos ver a razão
Nunca faltou ganhadores
E não há tal sujeição!
Ja se vê que ali se ganha
E o pobre não faz questão.

12. Porem um proprietario
Não consente qu'um foreiro
Va ganhar em um só dia
A quantia do dinheiro
Que só ganhará em quatro
No jugo do captiveiro.

Para logo após (estrofes 13 a 17) apresentar as misérias daí decorrentes, que culminam com a expropriação do pobre em seus parcos bens por motivo de falta ao trabalho:

13. Portanto o pobre foreiro
Vive morrendo de fome
Pois o que ganha num dia

Num almoço se consome
E si não tiver farinha
De noite o pobre não come.

14. Porque o que tem farinha
Ceia pirão escaldado,
Feito com agua fervendo
Sem mais outro preparado
Chamam "Cabeça de Gallo"
Essa forma de guisado.
15. Os filhos do desgraçado
Que vive na sujeição,
Vivem nós como nasceram
Chorando a falta de pão;
Não crescem, são opilados
Porque só dormem no chão.
16. Já tenho visto mocinhas,
Tão magras, tão amarellas,
Trabalhando entre pessoas
Que não respeitam donzellas;
Porque seus proprietarios
Também sujeitaram ellas.
17. Si o pobre tem um cavallo
E não trabalha a semana
Devido alguma doença
Seu "Patrão logo se dana"
Manda buscar-lhe o cavallo
Para o cambito da canna.

As duas estrofes que se lhes seguem nos fazem lembrar o Prefácio à *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, (6) pois contém uma critica aberta ao uso da religião como ópio para o oprimido, a fim de lhe propiciar consolação e conformismo:

18. Assim mesmo esses senhores
Dizem que tem consciencia
E mandam qu'o pobre tenha
Fé em Deus e paciencia
E qu'a pobreza é mandada
Pela mão da Providencia.

19. Por isso é qu'eu sempre odeio
O falso christianismo
Dos homens que só conhecem
Interesse e fanatismo;
Acho que estão retirados
Das regras do bom civismo.

Dentro da mesma técnica de contraste, o poeta inicia em seguida (estrofes 20 a 23) uma reflexão sobre as relações fraternas existentes entre animais irracionais por oposição à miséria e à exploração que predominam entre os homens:

20. Pois acho que o homem nega
Que não é civilizado
Quando faz de seu irmão
Por ser pobre — um desgraçado;
Acho ser pior qu'o bruto
Visto não ser baptizado.
21. Pois já tenho observado
Muitos irracionaes
Unidos á seus congeneres
E terem razões iguaes
Como vê-se nas abelhas
Que vivem em santa paz.
22. Tenho visto boi urrando
No sangue do que morreu,
Como qualquer baptizado
Chorar pelo irmão seu,
Já se vê qu'o bruto sente
Melhor que homem judeu!
23. Oh! quanta fraternidade
Vê-se então nos animaes
Portanto posso dizer
Que esses irracionaes
Teem alma melhor que o homem
Que captiva á seus iguaes.

José Camelo aprofunda ainda mais a sua reflexão e chega a identificar as raízes históricas dessa sujeição na colonização

portuguesa e em seu legado civilizatório, que dissolveram a liberdade que gozavam as culturas pré-cabralinas:

24. Maldita a civilidade
Que nos trouxe Portugal,
Porque deixou como praga
No nosso Paiz Natal
Essa lei o homem pensa
Em captivar seu igual.

25. Enquanto a civilidade
Não entrou nesse Paiz,
Nossa terra era liberta
E não havia infeliz
Como os foreiros dos Brejos
No jugo dos "Patrões" vis.

26. Si na nossa Parahyba
Não houvesse a sujeição,
Qu'obriga a quem não tem terra
Trabalhar para um "Patrão"
Podia então se chamar
O Tesouro da Nação.

O poeta retoma a sua crítica ao modo de produção em tela, contrapondo à monocultura de exportação a agricultura de subsistência e sublinhando o mesmo antagonismo anterior, porém agora em termos de oposição entre interesses espoliativos dos ricos e necessidades reais dos pobres:

27. Porque os homens do Brejo
Tangidos pela ambição
Plantaram cannas nas terras
Que se plantava algodão,
Cafés nas terras que davam
Milho, arroz, fumo e feijão. (7)

28. Por isso é que nosso Estado
Ja não está muito bem,
Porque lavoura de rico
Nunca enriqueceu ninguém,
E todo Estado é quem sofre
Quando a pobreza não tem.

29. Se a pobreza trabalhasse
Para si com liberdade,
O nosso Estado estaria
Em maior propriedade;
E talvez ninguém ouvisse
Falar-se em necessidade.
30. Pois o pobre é quem conhece
Toda nossa agricultura
E tem jeito p'ra tirar
Da terra inculca a fartura
Emquanto o rico só tira
Da terra humosa, a usura.

Face à tão opressiva situação, José Camelo invoca a justiça e o castigo de Deus sobre os bens dos poderosos, inspirando-se no estilo de Castro Alves, em seu "Navio Negreiro", o que significa colocar-se na trilha da velha tradição dos profetas bíblicos em sua consciência da força do sagrado para os espoliados:

31. Santo Deus dos desgraçados
Mandai ja que um vento traga
Para os cafés desse Brejo
Uma interminável praga
Como a lagarta rosada
Que o algodão do pobre estraga.
32. Mandai também sem demora
Outra praga mais tyranna
Que tome vida nativa
Nos gomos doces da canna,
E quando der num partido
Acabe numa semana.

Entretanto, embora a solução proposta seja aparentemente mágica, importa assinalar que o poeta tem clara consciência da necessidade de alterar a ordem econômica, assim como ele alcança, em sua percepção da realidade, os mecanismos do poder que operam mediante o controle quase absoluto dos fatores de produção:

33. Ninguém não pense qu'assim
Se acabará com certeza
Dos brejos da Parahyba
Toda fonte de riqueza:
Isto não, pois virá outra
Trazida pela pobresa.
34. Pois não havendo essas fontes
Não haverá sujeição,
E o pobre então plantará
Milho, mandioca e feijão,
Cebola, fumo e batatas
Inhame, arroz e algodão.
35. Então com estas lavouras
Novos recursos virão,
E basta o café do Rio
para abranger a Nação,
E o assucar das empresas
Onde não ha sujeição.

Outra vez inspirando-se em Castro Alves, José Camelo retorna à sua reflexão sobre o cativo do campo; insiste na oposição destes pares: bicho — liberdade / homem — sujeição; convoca o poeta baiano a reinstaurar a sua luta contra essa outra escravidão; e termina com um apelo às autoridades e aos próprios ricos em favor da autonomia dos pobres:

36. Santo Deus dos desgraçados
Olhai para os brasileiros
Que na sua própria Patria
São tidos como estrangeiros
Captivados pelos homens
De quem se fazem foreiros.
37. Oh! homens proprietarios
Attendei que sois mortaes,
Si tendes alma no corpo
E si nella acreditaes,
Não captiveis vosso irmão
Si nas almas são iguaes.

38. Antes ter nascido bicho
Que nascer homem sujeito
Pois quando o bicho é liberto
Voa ou corre satisfeito,
Emquanto o homem pragueija
A quem lhe rouba o direito.
39. Levantai-vos Castro Alves
Do túmulo onde dormis,
Vinde ja neste momento
Com vossa lyra feliz,
Permutar as "Vozes d'Africa"
Pela do vosso Paiz.
40. E vós tambem liberdade
Quêde vossos defensores,
Aonde estão na Republica
Os antigos precursores!!
Que não ouvem da pobreza
Os gritos de seus clamores!...
41. Oh! homens proprietarios
Tende mais philanthropia,
Não consintaes que a pobreza
Viva sem autonomia,
E se vós sois demagogo
Desculpæis minha ousadia.

Na estrofe final o poeta confessa o seu medo em face dos ricos e revela seu sentimento interior em relação aos direitos dos oprimidos:

42. J unto mais, a ti, pobreza
O s meus clamores d'amigo
S i não me junto contigo
É porque temo a Riqueza
C ontudo a minha afoiteza
A favor do teu direito,
M ostrou que sente no peito
E norme sofrer também
L amento como ninguem
O pobre viver sujeito. FIM

b) *“Se Lampeão fôra Presidente”* ou *“Os Projetos de Lampeão”* (8)

Paraibano como o anterior, o autor deste folheto, João Martins de Athayde, um dos mais representativos poetas populares do Nordeste, foi também, durante cerca de trinta anos, no Recife, importante editor de nossa Literatura de Cordel.

Em sua estrutura poética, o folheto se compõe de septilhas com versos de sete sílabas (segundo o modelo ABCBDDDB), perfazendo um total de 56 estrofes na versão mais antiga que possuo, ou 61 naquela apresentada posteriormente por Nertan Macedo. Como o próprio título já faz supor, neste poema, João Martins de Athayde utiliza o estratagema de falar pela boca do célebre herói popular, considerado o maior chefe de cangaceiros que o país nordestino já forneceu. Não se trata, evidentemente, de simples artifício literário, já que o protagonista escolhido poderia ter saído de inúmeros outros personagens históricos ou ficcionais, e até mesmo de uma categoria geral como ‘o povo’. No meu entender, ainda que possa ter sido feita de modo não deliberado, a escolha e Lampeão como portavoza das reivindicações populares possui certamente uma significação mais profunda, cuja gênese remete para as reais condições sócio-históricas de produção deste folheto. Em resumo, o poema apresenta em sua urdidura, entremeados com as concepções das classes subalternas, vários elementos do ideário político e social em circulação sobretudo em segmentos representativos das camadas intermediárias da sociedade brasileira na década de 20 (do “tenentismo”, por exemplo), e que se tornaram parcialmente vigentes a partir da Revolução de 30. (9).

Mas vamos ao folheto. Inicialmente, Lampeão anuncia de plano a intenção de se tornar Presidente da Nação. Consciente, porém, do espanto que provocará em muitos essa sua decisão, ele descarta (nos quatro últimos versos da 2ª estrofe) a postura maniqueísta de oposição absoluta entre bons e maus, afirmando uma filosofia de fino sentido dialético. Nas 6 estrofes seguintes, o cangaceiro apresenta a sua justificação, primeiro, pelas obras que realizará (“os projetos”); depois, vem a justificação pessoal, seguida de comparações históricas com conhecidos tiranos anticristãos, das quais a sua figura se destaca com ampla vantagem; e, finalmente, apóia o seu desiderato no princípio democrático de que qualquer cidadão adulto e alfabetizado pode ser eleito para o cargo de presidente.

1. Há muito tempo que luto
Com toda perseguição,
Já me chamam aqui em cima
Governador do Sertão,
Porém agora vou ver
Se breve poderei ser
Presidente da Nação.
2. Muita gente vai ficar
Horrorizada de espanto,
Mas eu posso garantir
Que não é tanto nem quanto,
Tudo vai de ocasião,
Sou feroz como leão,
Também sou bom como santo.
3. Depois que ler meus projetos
Ficará admirado,
Então depois me dirá: (10)
Você vai bem acertado,
Tuas idéias são mil,
Com pouco tempo o Brasil
Ficará forte e honrado.
4. Muita gente no Brasil
Tem grande ódio de mim,
Outros julgam que eu nasci
Somente para ser ruim,
Alguém está enganado,
Eu vivo nisto obrigado
Mas nunca fui mau assim.
5. Nero foi muito pior
Tinha um feroz coração,
Incendiou sua pátria,
Mandou queimar cristão.
Mesmo assim com todo horror,
Ele foi Imperador
Da sua própria nação.
6. O ventre da pobre mãe
Mandou rasgar para ver.
Já se vê que um monstro deste

Não tem mais o que fazer,
Tão ruim nunca existiu,
Porém um dia fugiu
Com receio de morrer.

7. Herodes foi outro réu
Das ações mais inclementes,
Seu coração era negro
Como o furor das serpentes,
De acordo à sua vontade
Maltratava a divindade
Degolava os inocentes.

8. Eu nunca fui como Nero
Nem Herodes traidor,
Nunca matei minha mãe,
Nem dei em Nosso Senhor,
Sou cidadão e sei ler,
Pela lei eu posso ser
Ainda Governador!

As quatro estrofes subseqüentes são dedicadas à exposição do plano de sede para seu governo (significativamente situada no alto Sertão pernambucano) e de outras obras de infra-estrutura. No caso, é importante destacar a impressionante semelhança desse projeto com o arranjo espacial de Brasília: seu palácio próximo ao Senado, a vizinhança do Palácio da Justiça, a fortaleza do prédio do Tesouro (o "Banco Central"), a construção do açude (o "lago"), etc. Além disso, não seria forçar as aproximações se assinalássemos certos traços de similitude com as concepções de Thomas Morus em sua ilha de Utopia — o que nos faz pensar na universalidade e na persistência do mito enquanto fórmula de estruturação do imaginário coletivo:

9. A minha sede será
Na cidade de Salgueiro.
Vou construir um palácio
Com oito léguas de oiteiro,
Com espaçosos salões
Para fazer reuniões
Com o meu ministério inteiro.

10. Depois mando edificar
 O pavilhão do Senado,
 O palácio da Justiça
 Ficará assim de lado,
 Outro prédio de aço puro
 Que seja muito seguro
 Para o Tesouro do Estado.
11. Mando fazer um açude
 Com mil metros de largura,
 Quatro mil de comprimento,
 Por trezentos de fundura,
 Aqui no alto Sertão,
 Que nos meses de verão
 Seja uma fonte segura.
12. Depois rasgar um canal (11)
 Da serra até o baixio,
 Que vá passar no Recife,
 Maceió, Bahia e Rio,
 Com a passagem no meio
 Que possa entrar sem receio
 Barcaça, lancha e navio.

Logo após, o poema passa a considerar a questão da segurança nacional e a correlata reestruturação das forças armadas (estrofes 13 a 17). Algumas observações podem ser feitas aqui: nos dois versos finais da primeira estrofe desta seqüência tanto podemos ver a idéia embrionária de mísseis intercontinentais quanto um mero recurso hiperbólico muito freqüente na literatura popular; assinale-se que a força aérea não possui autonomia e está vinculada à marinha, cujos submarinos são encomendados à prestigiosa tecnologia alemã (como, de fato, ocorria na época); e, enfim, o serviço militar obrigatório que aparece antecipado para os 15 anos de idade:

13. Mando cercar o Brasil
 Da capital ao sertão
 Com quatro mil fortalezas
 Pra quando houver precisão.
 Tudo bem aparelhado,
 Que um tiro disparado
 Vá atingir no Japão.

14. A marinha brasileira
 Eu também vou reformar
 Com doze mil couraçados
 Que mandarei fabricar.
 Cada um mil brasileiros
 São doze mil marinheiros
 Prontinhos pra guerrear.
15. Mando fazer um estoque
 De armas e munições
 Metralhadoras e rifles,
 Quatrocentos mil canhões.
 Três mil contratorpedeiros,
 Quatorze mil canhoneiros.
 Fora dez mil aviões.
16. Quatro mil submarinos
 Mando fazer na Alemanha,
 Uma esquadra como esta
 Quero ver quem é que ganha,
 Com doze mil couraçados
 Até mesmo os aliados
 Pode vir porém apanha!
17. O Exército do Brasil,
 Quero que fique afamado,
 De quinze anos em diante
 Qualquer um seja soldado,
 Depois passa a reservista,
 Deixando o nome na lista,
 Para quando for chamado.

Uma das seqüências curiosas do folheto é, sem dúvida, esta compreendida entre as estrofes 18 e 24, onde o poeta (ou o seu personagem: Capitão Virgulino Ferreira da Silva) procede à distribuição de seu ministério por entre membros do bando de cangaceiros. Desde logo salta à vista o fato de que o seu número fica reduzido a quatro ministros: o da Instrução, o da Guerra, o da Agricultura e o das Relações Exteriores. O critério geral para a sua composição assenta — como era de se esperar — em fundamento moral e individual: retidão de caráter, disposição para o trabalho e destemor na luta; esse critério, aliás, vai permear a base de todos os seus projetos, o que

exprime de certo modo a ideologia do tenentismo e a filosofia política em voga então no seio das classes médias urbanas, conforme já mencionei. Entretanto, quando o poeta passa para os critérios específicos de suas escolhas, emergem elementos típicos da visão popular:

18. Agora vou dividir
O meu alto Ministério,
Não importa com leitura,
Quero é que tenha critério,
Porque o povo é quem diz
Que a desgraça do país
É falta de homem sério.

19. Quero no meu Ministério
Gente de disposição,
Chegando tempo de guerra
Ninguém tenha distinção,
Até o governador,
Deputado e Senador,
Saia com o rifle na mão.

20. Massilon como é um cabra
Que tem mais educação
Terá um posto excelente
No governo da Nação:
Logo que eu for empossado
Ele será nomeado
Ministro da Instrução (12).

21. Sabino, este por ser
Filho aqui mesmo da serra
E também é conhecido
O mais valente da terra,
Nunca temeu inimigo,
Este vai servir comigo
Como Ministro da Guerra.

22. A pasta da Agricultura
Vou dar ao cabra Azulão,
Pois já foi proprietário
Aqui no alto sertão,

Antes de ser cangaceiro
Era rico fazendeiro,
Plantava milho e feijão.

23. João de Brito, este por ser
Um cabra velho estradeiro,
Conhece do Norte a Sul
O Estado brasileiro,
Será nosso embaixador
Junto ao governo estrangeiro.

24. A ele cabe estudar
Qualquer negócio ou questão,
Em tempo de paz ou guerra,
Pra ver quem tem a razão,
Depois de pronto me envia
Então nesse mesmo dia
Eu dou minha opinião.

O espírito geral de sua legislação caracteriza-se por aquilo que se poderia chamar de autoritarismo equitativo. A regra social básica assenta na instituição do casamento obrigatório e prematuro. O desrespeito a essa regra é punido severamente, inclusive com trabalho forçado; e as razões ou motivos de tal rigor são em primeiro lugar de ordem moral e, em seguida, de ordem pragmática e política. (Nesse sentido, é interessante assinalar que, no final da década de 30, foi instituído o imposto de solteiro):

25. Minhas leis serão severas
Para o povo da Nação,
Tanto faz pedir esmola
Como rico de milhão,
A lei que vem para o pobre
Será a mesma do nobre,
Não faço separação.

26. O matrimônio será
Obrigatoriedade.
Qualquer rapaz de saúde
Aos treze anos de idade
Não passa desse momento:
Tem de arranjar casamento,
Mesmo não tendo vontade.

27. Aquele que não casar-se
Tem dez anos de cadeia,
Trabalha para o governo
Com almoço, janta e ceia.
Pois quem não tem mulher sua
Vive de noite na rua
Atrás de mulher aleia.
28. E mesmo sem casamento
Não há multiplicação,
Os rapazes se distraem
Com a prostituição,
A sífilis velha matando
E as mocinhas ficando
Titias no barracão.

Articuladas organicamente com o espírito de suas leis estão as políticas setoriais, apresentadas geralmente dentro de um esquema que inclui justificativas e planos e, algumas vezes, punições ou benefícios. A importância da educação se manifesta no fato de que o seu plano vem em primeiro lugar, na extensão da rede de ensino, na sua obrigatoriedade e nas rigorosas penalidades previstas para os pais que não educarem seus filhos; mas o aparelho escolar mantém a discriminação econômica e social entre ricos e pobres mediante o treinamento respectivo para profissões liberais e ocupações manuais (estrofes 29 a 32). Já a política agrária é encarada, a partir da ótica popular, por meio da distribuição de terras e da melhoria da agricultura e da pecuária, insistindo o poeta na lavoura de subsistência com base em pequenos produtores (estrofes 33 e 34). Em seguida, é contemplada a expansão do sistema viário e seus benefícios, sobretudo econômicos, são vistos em termos de circulação de mercadorias do sertão, naturalmente; não sendo demais sublinhar o exagero ou a hipérbole dos versos finais desta seqüência (estrofes 35 a 39). A política no setor dos recursos minerais — de que, obviamente, o petróleo está ausente — apresenta-se explicitamente ligada à nossa dívida externa: é impressionante observar a semelhança dos motivos alegados já naquela época para a exploração mineral e aqueles formulados hoje como justificativa de projetos como o de Carajás; faltando apenas, para acentuar a atualidade da questão, incluir, entre os credores do Brasil, países como a Alemanha e o Japão; merecendo ainda destaque a

idéia de restrição às importações e os benefícios sociais previstos para essa política (estrofes 40 a 44). Observe-se, enfim, que não era ainda o americano o estrangeiro odiado pelo povo, mas, sim, o inglês que explorava então vários serviços públicos no Brasil. Finalmente, por sua reconhecida importância, o desenvolvimento industrial é estimulado mediante a construção de uma estranha fábrica polivalente, que realiza, num sistema de integração não explicitado, todas as atividades do setor (estrofes 45 a 48).

29. A instrução no Brasil
Está ainda na mama,
Agora para jogar
O brasileiro tem fama,
Se pega aqui um barbado
Quenguista (13) como um danado
Sem saber como se chama.
30. Eu mando distribuir
Escola em todo lugar.
O pai que tiver filho
Tem de mandar ensinar,
Pois sabendo ler
Não vai mais tarde aprender
Jogar, beber e roubar.
31. O pai que não ensinar
Tem seis meses de prisão,
Multa de um conto de réis
Sem haver apelação,
Numa masmorra bem fria
Levando mais todo dia
Uma pisa de facão.
32. Aquele que a família
Tiver bastante dinheiro
Pode formar os seus filhos
Como médico ou engenheiro,
O pobre na oficina
Vai aprender a ser carpina,
Alfaiate ou serralheiro.

33. Dava terra aos lavradores
Pra tratar de agricultura,
Contanto que no Brasil
Sempre tivesse fartura,
Milho, farinha e feijão,
Muito gado no sertão,
Trigo, arroz, fumo e verdura (14).

34. Mandava plantar fruteiras
De todas que existem aqui,
Por exemplo: melancia,
Abacate e abacaxi,
Manga, laranja e mamão,
Pera, uva e fruta-pão,
Caju, jambo e sapoti.

35. Depois ligar os Estados
Por estradas de rodagem,
Que qualquer pessoa ande
E faça boa viagem,
Um caminho conservado
Que se passa com cuidado
A pé ou de carruagem.

36. Depois as linhas de ferro
São necessárias também,
Quem não quiser ir a pé,
Tome o auto ou vá no trem,
É este um ótimo meio
De se fazer um passeio
Para um lugar muito além.

37. Sem os meios de transporte
Nada tem aumentação,
Não se pode carregar
Os produtos do sertão,
Com o trem tudo há aumento,
Até mesmo o rendimento
Dos dinheiros da Nação.

38. Vou botar linhas de ferro
Pois aqui quase não há,
Pernambuco e Paraíba,

Alagoas e Ceará,
Rasgando a serra e a mata,
Do Amazonas ao Prata,
Do Rio Grande ao Pará.

39. Depois das estradas prontas
Me chamem governo osso,
Pois os Estados ligados
É um serviço colosso.
Se almoça no Ceará,
Mais tarde vai-se ao Pará
E janta-se em Mato Grosso.
40. O Brasil é muito rico
Em prata, ouro e latão,
Zinco, estanho, ferro e cobre,
Bronze, alumínio e carvão.
Toda esta grande riqueza
Que nos deu a natureza
Está debaixo do chão.
41. E o país todo dia
Toma dinheiro emprestado,
Quando nunca precisava
De viver endividado.
Explorando o seu tesouro
O Brasil tem tanto ouro
Que o povo fica encantado.
42. Eu mando explorar as minas
Que o nosso país encerra,
A fartura que existir
Aqui debaixo da terra,
Para melhorar de sorte
Pago à América do Norte,
À França e à Inglaterra.
43. Porque eu não aprecio
Esta tal raça de inglês,
Devido um caso que deu-se
Na estação de Cortez,
Por causa de um "a pagar"
Ele mandou me cobrar
Trinta mil réis de uma vez.

44. Elevarei nossa terra
De acordo com o que tem,
O rico, o plebeu, o pobre,
Todo mundo passa bem.
A fogo do meu fusil
Farei com que o Brasil
Não compre nada a ninguém.
45. Construirei uma fábrica
Como indústria reunida,
Uma Nação como a nossa
Deve estar bem precavida,
A que se acha em projeto
Fabrica todo o objeto
Que precisamos na vida.
46. Fabrica qualquer tecido
De morim, seda e algodão,
Brim, flanela e casimira,
Tricoline de padrão,
Mesclado e cambraia fina,
Crepe, charmeuse e opalina;
Linho estampado e fustão.
47. Tem fabricação de tudo,
De aço, ferro e metal,
Utensílios de madeira,
Maquinismos pra jornal,
Conserva-se num mostruário
Tudo quanto é necessário
Na indústria nacional.
48. De papel, mala e espelhos,
Móvelia, arame e cimento,
Doces de confeitaria,
Munições e mantimentos,
Em cada Estado um mil,
Isso será no Brasil
Um grande melhoramento.

O líder popular não chega a formular uma política de emprego, mas existe a preocupação com o crescimento do mercado de trabalho, cujas conseqüências na opinião pública ele

põe como objeto de sua ação paternalista. Como no folheto examinado antes, neste também encontra-se aguda consciência da injustiça das desigualdades sociais, da opressiva situação do trabalhador do eito, e do contraste nas condições de existência entre ricos e pobres. O poema acrescenta ainda algumas críticas a propósito da vadiagem e da preguiça de muitos brasileiros e termina esta seqüência com duas estrofes (57 e 58) de tom claramente ufanista que não se coaduna perfeitamente com a temática e o estilo do seu conjunto:

49. Pois sem trabalho na vida
 Vem a miséria e consome,
 Viver na necessidade
 Não há esse que se adome (15)
 Pois sem saúde e dinheiro
 O infeliz jornaleiro (16)
 Passa morrendo de fome.

50. Com três anos de governo
 Vou ver o povo que diz,
 Se há alguém desgostoso
 Ou se tudo está feliz,
 Se encontro algum cidadão
 Que não diga: Lampião
 É pai do nosso país.

51. Porque eu nunca gostei
 Daqueles que muito come
 Nas costas do miserável
 Arranja dinheiro e nome,
 Vive todo descansado,
 Mas o pobre desgraçado
 Vive morrendo de fome.

52. Pergunte ao trabalhador
 Desses da palha da cana
 Quantas horas tem um mês
 E minutos uma semana.
 Ele responde apressado
 Porque tem tudo contado,
 Garanto que não se engana.

53. Pois o juízo do pobre
Sempre vive em reboição
Trabalha e nunca tem nada,
Parece mesmo um feitiço,
Se acorda ao romper da aurora,
Para não perder a hora
De começar o serviço.
54. Enquanto um peleja tanto
O outro vive deitado,
Pra ele o mundo é um berço,
A vida um sonho dourado, (17)
Tem prazer e alegria,
Entende que todo dia
É domingo ou feriado.
55. Por isso nosso Brasil
Vive apagado do mapa.
Aqui os velhos barbados
Inda se criam com papa.
Se pega qualquer rapaz,
De serviço nada faz,
É um vadio de chapa.
56. Garanto que não conhece
Peso de nenhum trabalho,
Vive como uma preguiça
Adormecida no galho,
Parece ser idiota,
Mas para formar patota (18)
Ele é fino no baralho.
57. Quem conhecer o Brasil
Vendo a imensa riqueza,
Seus rios, suas florestas
Que lhe deu a natureza,
As cachoeiras, as fontes,
Os prados e os altos montes
De majestosa beleza.
58. Canta o canário na serra,
Sua pungente canção,
Quando o dia vem surgindo

Aqui no alto sertão,
O resedá com ciúme
Diz ao campo o seu queixume,
Ao sopro da viração.

Nas estrofes finais do folheto, Lampeão ultima os preparativos de sua eleição, insiste na necessidade de mudar a opinião geral e conclui exprimindo a mesma inquietação inicial com respeito à sua imagem de cangaceiro:

59. Agora caros senhores
Vou falar com o Presidente,
Avisar por telegrama,
A fim de ficar ciente:
Que na próxima eleição
O governo da Nação
Está comigo de frente.
60. Vão logo se preparando
Com o título de eleitor,
Pois no outro quadriênio
Seja de que forma for,
Deixo de ser cangaceiro,
Vou para o Rio de Janeiro
Pra ser Governador.
61. A ntes de ser o que eu quero
T em muito o que se falar,
A qui mesmo no sertão
H á alguém de duvidar,
I nda mesmo eu empossado
D irá: aquele malvado
E stá bom para se enforcar.

* * *

Consoante afirmei anteriormente, desenvolvi o trabalho apenas com estes dois folhetos porque me pareceram suficientemente representativos do conjunto dessa produção simbólica. É óbvio, contudo, que a análise poderia estender-se a um sem-número de outros poetas populares. A obra de um Antônio Gonçalves da Silva (*Patativa do Assaré*), por exemplo, sozinha, forneceria vasto material para um estudo mais amplo nessa direção.

NOTAS

- (1) — PASSERON, J.C. — Apresentação da tradução francesa. In: HOGGART, Richard — **La Culture du pauvre — étude sur le style de vie des classes populaires en Angleterre**. Paris, Minuit, 1976. Por outro lado, não seria forçar a concepção gramsciana se encarássemos o poeta popular nordestino como modalidade de intelectual orgânico das classes subalternas da região, cujo desempenho específico cumpre a função geral de instância de intermediação da cultura erudita (“elitelore”) com a cultura popular **lato sensu** (“folklore”). Nesse sentido, pois, suas criações simbólicas são inevitavelmente atravessadas pelas tensões que opõem e interligam os pólos antagônicos da produção cultural; e, nesse sentido também, enquanto intelectual, o poeta do povo desempenha numa certa medida o papel de mediação entre sociedade política e sociedade civil (cf. GRAMSCI, Antônio — **Problèmes pour l'étude de la philosophie de la praxis**. p. 270-1; **Notes sur Machiavel, sur la politique**. p. 469, 576.7; **La Formation des intellectuels**. p. 597-608.
- (2) — As coletâneas mais antigas de Leonardo Mota, Gustavo Barroso e Câmara Cascudo não fazem menção a esses textos. Os diversos volumes de antologia publicados sob a responsabilidade editorial da Fundação Casa de Rui Barbosa não registram a presença desses dois folhetos; seu catálogo, tampouco. As seguintes coletâneas mais recentes, também não: DUARTE, Manuel Florentino et alii — **Literatura de cordel**. São Paulo, Global, 1976. 2v.: CEARÁ, Secretaria de Cultura — **Antologia da literatura de cordel**. Fortaleza, 1978. v. 1; 1980, v. 2; SOUZA, Liedo Maranhão — **Classificação popular da literatura de cordel**. Petrópolis, Vozes, 1976; LINHARES, Francisco et alii — **Antologia ilustrada dos cantadores**. Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC, 1976; BATISTA, Sebastião Nunes — **Antologia da literatura de cordel**. Natal, Fundação J. Augusto, 1977. Somente o minucioso Dicionário de ALMEIDA, Átila Augusto F. de & ALVES SOBRINHO, José — **Dicionário biobibliográfico de repentistas e poetas de bancada**. João Pessoa, Ed. UFPb, 1978, registra o primeiro dos folhetos aqui examinados.
- (3) — REZENDE, José Camelo de Mello — **A Peleja de Chica Paculú com o cego Victorino, e, a sujeição dos brejos da Parahyba do Norte**, Guarabira, Liv. Lima, (1924?) Apresento aqui especiais agradecimentos ao Prof. Átila de Almeida, da Universidade Federal da Paraíba, que me falou deste folheto e do qual me cedeu gentilmente uma cópia. É dele também a informação sobre a data provável deste folheto. Nas transcrições que dele faço, preservo a ortografia original, que fornece algum indício sobre sua época.

- (4) — Apud BATISTA, Sebastião Nunes — op. cit., p. 181.
- (5) É bom lembrar que o termo 'Brejo' é tomado aqui em sentido restrito e se refere à zona serrana da Paraíba que compreende parte dos municípios de Areia, Alagoa Nova, Serraria e Bananeiras. A cidade de Areia foi denominada Brejo anteriormente.
- (6) Parece óbvio que tal aproximação não tem outra intenção além da mera evocação de uma semelhança superficial. Não pretendo insinuar nenhuma identidade entre a atitude crítica do poeta popular e a noção precisa e sistemática de crítica nos escritos de Marx.
- (7) A extensão e a importância das atividades dos pequenos produtores e mesmo de rendeiros e parceiros (agricultura de subsistência ou de abastecimento) variavam grandemente em função dos preços no mercado externo da monocultura exportadora: "Os grandes fazendeiros não se localizavam especialmente em determinadas áreas, excluindo delas os médios e pequenos; por toda parte, grandes, médios e pequenos agricultores existiam e, quando voltados todos para determinada monocultura de exportação, seus interesses econômicos tendiam a coincidir. Assim, a elevação do preço do açúcar, no Nordeste, aparentemente beneficiava a todos, e todos tinham a impressão de ganhar com isso. Nos grandes estabelecimentos, a produção alimentar era reduzida a um mínimo, a cana dominava: o abastecimento era então assegurado pelos roceiros do Agreste, que viam com satisfação aumentar os preços de seus produtos. Todavia, esta elevação de preços coincidia paradoxalmente com um abaixamento do nível de vida. O que se explica: nas propriedades, parceiros e moradores não cultivavam mais os cereais de que se nutriam, senão em pequena escala, pois punham-se a cultivar cana também, que lhes dava lucro; o nível de sua alimentação baixava. (...) Descesse, porém, o preço do açúcar, e o plantio da cana era abandonado pelos pequenos produtores; e as roças alimentares aumentavam... Assim, períodos fastos e períodos de penúria se alternavam." (QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de — **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo, LTC/EDUSP, 1978. p. 28).
- (8) — ATHAYDE, João Martins de — **Se Lampeão fôra presidente ou Os Projetos de Lampeão**. Não possui cópia do folheto original. Não há registro a seu respeito, conforme já assinaei. Daí a indecisão quanto ao título. Por outro lado, a sua raridade ou mesmo o seu desaparecimento obriga ao emprego das versões fornecidas por terceiros. Com efeito, o primeiro título corresponde à versão colhida, em 1935, por Gonçalves Fernandes no interior da Paraíba e, segundo ele, o poema foi divulgado em todo o sertão nordestino por volta de 1928 (Cf.: **Mobilidade, caráter e região**. Recife, MEC-Inst. J. Nabuco de Pesq. Soc., 1959. p. 45-59). Já o segundo título aparece na versão forne-

- cida por Nertan Macedo, em seu **Capitão Virgulino Ferreira da Silva: Lampião**, (2. ed., Rio, Ed. O Cruzeiro, 1968. p. 59-65). Ambos os autores atualizaram a ortografia original do folheto. Demais, além de ligeiras variantes nas duas versões, a de Macedo apresenta 5 estrofes a mais do que a de Fernandes: as de n.º 53, 55, 56, 57 e 58. Por várias razões, que não parece conveniente discutir aqui, inclino-me a crer na maior autenticidade da versão apresentada por G. Fernandes. De todo modo, utilizarei os dois textos na minha apresentação. Finalmente, sublinho o fato de que Mário de Andrade não mencionou esse folheto em seu excelente "Romanceiro de Lampeão", publicado originalmente em 1932, quando o poema já havia sido divulgado (Cf.: **O Baile das quatro artes**. 3. ed. São Paulo, Martins, 1975, p. 85-119).
- (9) Convém, no entanto, não exagerar essa influência (no folheto em exame) do ideário político em circulação na época por amplos setores da população e sobretudo nas camadas médias urbanas. Com efeito, cerca de duas décadas antes (1908), outro grande poeta popular da Paraíba, Francisco das Chagas Batista, usava o mesmo artifício de falar pela boca de um cangaceiro famoso com o fito de exprimir as aspirações políticas das camadas subalternas — cf. o folheto "A Política de Antônio Silvino". In: **BRASIL — MEC/FCRB — Literatura Popular em Verso — Antologia IV: Francisco das Chagas Batista**, Rio, 1977. p. 124-34. Embora com estrutura diversa do poema de Athayde e contendo algumas questões diferentes, este folheto sobre Antonio Silvino apresenta vários pontos comuns, que expressam concepções políticas semelhantes.
- (10) Na versão de G. Fernandes, este verso aparece assim: "Então você depois me dirá"; com 9 sílabas, portanto. Um poeta como João Martins de Athayde não cometeria tal erro. De fato, na outra versão não aparece o 'você'.
- (11) — FERNANDES, G. — op. cit., p. 48, comenta essa curiosa idéia de canal e de rios canalizáveis, que já havia sido defendida, como solução técnica para esta área de 300 mil km² que constitui o alto sertão do Nordeste, pelo ilustre professor de Hidráulica da Escola de São Paulo, Clodomiro Pereira da Silva (Cf. **O Problema do Nordeste**. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1920).
- (12) O fato de o poeta falar em "Ministério da Instrução" pode ser tomado como um dos indícios de que o folheto é anterior à década de 30.
- (13) — 'Quengista' é termo do vocabulário popular que significa "raparigueiro" e vem de 'quenga' que é meretriz reles, vagabunda. Cf. CABRAL, Tomé — **Dicionário de termos e expressões populares**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1972.
- (14) É surpreendente a semelhança sobretudo deste verso com o verso também final da estrofe 27 do poema sobre a sujeição dos Brejos.

o que faz supor a divulgação deste folheto ou pelo menos o seu conhecimento por parte de João Martins de Athayde. A principal diferença entre os dois reside no fato de que a preocupação com a pecuária está ausente no folheto de José Camelo.

- (15) 'Adomar-se', termo popular que significa aceitar resignadamente uma situação má, acostumar-se, adaptar-se, etc.
- (16) Usado em seu sentido arcaico de operário a quem se paga 'jornal' (salário por um dia de trabalho); foi empregado também, nesse mesmo sentido, pelo folheto anterior. Observe-se que, desta estrofe até a de n.º 54, é grande a semelhança de atitude deste poeta, em face das miseráveis condições de vida do trabalhador, com aquela manifestada por João Camelo de Melo Rezende no seu folheto.
- (17) — Ressalte-se a influência da literatura erudita nesse aproveitamento de um verso de Casimiro de Abreu.
- (18) — Ou 'batota' no sentido de trapaça no jogo de cartas. Cf. CABRAL, Tomé — op. cit